



# UMA ANÁLISE DISCURSIVA ACERCA DOS ENREDAMENTOS ENTRE RACIALISMO, LINGUAGEM E WEB<sup>1</sup>

---

A DISCOURSE ANALYSIS OF THE ENTANGLEMENTS  
BETWEEN RACIALISM, LANGUAGE AND THE WEB

Bougleux Bomjardim da Silva Carmo  
*Universidade Estadual de Santa Cruz*

**Resumo:** Neste texto, apresento um *gesto de leitura* de postagens racistas em notícias na Web. Para tanto, ancorei as reflexões interpretativas na Análise do Discurso francesa pecheutiana, nos estudos linguísticos na interface discurso e racialidade (Barros, 2019; Modesto, 2018; 2021) e na teoria pós-colonial (Bhabha, 1998; Fanon, 2008). Metodologicamente, constituiu-se um *corpus* com 15 notícias entre 2018 e 2022 para *escuta analítica* (Herbert, 2015). Como resultado, posicionei a importância da performatividade da materialidade discursiva como argumento central mediante produção de uma posição-sujeito narcisicamente fraturada, fruto do racismo estrutural. Destarte, têm-se atos de fala com sentidos de profunda neurose do discurso racista, a constituição retórica da forma-sujeito nas virtualidades, subjetivação regressiva, estratégias de legitimação e proliferação de hierarquizações de raça.  
Palavras-chave: Análise do Discurso; Forma-sujeito; Racismo.

**Abstract:** In this text, I present a reading gesture of racist posts in web news. To this end, I anchor the interpretive reflections in the French Pecheutian Discourse Analysis, in linguistic studies on the discourse and raciality interface (Barros, 2019; Modesto, 2018; 2021) and in postcolonial theory (Bhabha, 1998; Fanon, 2008). Methodologically, a corpus of 15 news items between 2018 and 2022 was constituted for analytical listening (Herbert, 2015). As a result, I position the importance of the performativity of discursive materiality as a central argument through the production of a narcissistically fractured subject-position, the result of structural racism. Thus, there are speech acts with senses of deep neurosis of racist discourse, the rhetorical constitution of the subject-form in virtualities, regressive subjectivation, strategies of legitimation and proliferation of hierarchies of race.  
Keywords: Discourse Analysis; Subject-form; Racism.

---

<sup>1</sup> E-mail: bbscarmo@uesc.br

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As práticas e discursos racializados no contexto do Brasil não deixam margens para dúvidas quanto à *dissimulação de civilidade*, apontada por Bhabha (1998), em relação à produção do espaço simbólico de determinados corpos. Isso denota um profundo processo de desleitura, no qual muitos sujeitos brancos insistem na construção de narrativas dessubjetivadoras da pessoa<sup>2</sup> negra. Isso se acentua pelo contexto e pela emergência do conservadorismo exacerbado, evidenciado pelo exponencial crescimento do espectro político da extrema-direita nacional, já que, desde o nível discursivo e político-econômico, “no Brasil contemporâneo, a força motriz da dominação burguesa está assentada no avanço do conservadorismo político-social, com forte apelo moral, antissistêmico e anticorrupção” (Duarte, 2023, p. 2). Como consequência, as pautas político-identitárias, dentre elas as questões raciais, são enfraquecidas via fortalecimento do discurso fascista.

Sendo assim, para pensar os liames do discurso e práticas racistas nos espaços virtuais, urge relacioná-las ao contexto macro de ascensão do baixo clero político, já que “a extrema-direita assumiu o poder do estado brasileiro com a vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, trazendo novos/velhos elementos para a dinâmica da dominação de classe” (Duarte, 2023, p. 3). Isso fica mais evidente pelo fato de que o bolsonarismo exprime “conteúdo extremamente ideológico, manipulatório e conspiracionista do bolsonarismo” (Duarte, 2023, p. 15)., mormente “propagado por meio do discurso de ódio às minorias sexuais, com destaque para temas como misoginia, preconceito racial e social, anticomunismo, apelo anticorrupção e apologia à violência” (Duarte, 2023, p. 15).

---

<sup>2</sup> O termo faz alusão ao sentido de *ator social* e não propriamente da categoria *sujeito* como posição discursiva a ser discutida no decorrer do trabalho.

Por isso, subjaz ao *gesto de leitura* deste texto, advogar quanto ao fato de que a *forma-sujeito racista* no discurso potencializa suas articulações ideológicas no que atribuo aos “*enredamentos*” na Web como parte de uma conjuntura maior relativa à ascensão do neofascismo da extrema-direita em geral e da legitimação do discurso conservador do bolsonarismo em particular.

De partida, essa premissa geral fornece, por exemplo, o *background* da cena ocorrida às vésperas da eleição de 2022 no segundo turno, na qual ocorre a perseguição<sup>3</sup> à mão armada a um homem negro pela deputada Carla Zambelli, seu segurança e alguns seguidores. Tal ocorrência ampliou visões e debates acerca do *racismo à brasileira* (Silva, 2009), evidenciando a temática do racismo e os modos de constituição da realidade a partir dos efeitos de raça, de discurso, de sujeito e a necessidade de discutir as ficções que sustentam a *branquitude* (Akotirene, 2019):

Fig. 1 – Zambelli em perseguição



Fonte: Brasil de Fato (2022).

Como afirma Munanga (2019), a percepção da cor depende de fatores ligados a elementos não raciais, tais como poder aquisitivo, formação profissional, padrão de vida, fatores socioculturais etc. Em sua versão, a

---

<sup>3</sup> Disponível em: [<https://www.brasildefato.com.br/2022/10/30/delegado-nao-indicia-zambelli-por-racismo-e-advogada-diz-que-policia-protege-a-bolsonarista>]. Acesso em 29/10/2022.

deputada disse<sup>4</sup>: "To fazendo um boletim de ocorrência. Eu fui agredida. [...] Me empurraram no chão. Um homem negro. Eles usaram um negro pra vir em cima de mim". Vê-se, pois, discurso, ato e percepção colocados em jogo na cena. Ações como a da deputada, acabam também por legitimar práticas discursivas reacionárias que se proliferam nas postagens e interações em redes e mídias.

Voltando-se à cena, a cor ressaltada e definida contrasta-se à indefinidade de quem o teria "usado" para a suposta agressão. Tudo isso convoca à problematização, enquanto *ato de demanda*, abertura teórica e olhar compreensivo (Guilhaumou; Maldidier; Robin, 2016) sobre discursos racializados (Modesto, 2021) em postagens na *Web* veiculadas em notícias. Por isso, abre-se a perspectiva de reflexões acerca do *arquivo* à exploração das questões raciais na condição de *dispositivo* de análise discursiva (Guilhaumou; Maldidier; Robin, 2016) e evoca-se uma dada conjuntura devido à orientação racializada da produção de discursos no Brasil (Modesto, 2021).

Ao ver-se perseguido por uma deputada e seu séquito, o jornalista Luan Araújo vive o trauma sociocultural e histórico, ora apagado e objetificado em sua subjetividade na *expressão nominal indefinida* "um homem negro". Os atos de Zambelli não são isolados, mas se vinculam à rede de práticas e enunciados em diferentes materialidades profundamente entrelaçados aos efeitos de raça, como discursos da aporética produção *pós-colonial* de *posições-sujeito*. Diante disso, no presente texto, proponho um *gesto de leitura* de postagens consideradas racistas e a problematização da forma-sujeito, partindo da seguinte problemática: de que forma as tensões raciais, enquanto constitutivas da formação social brasileira e dos discursos racializados (Modesto, 2021), ampliam o aparato

---

<sup>4</sup> Conforme noticiado pelo G1, disponível em: [https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/10/29/grupo-denuncia-carla-zambelli-por-racismo-em-caso-que-ela-apontou-arma-para-homem-em-sp-eles-usaram-um-negro-pra-vir-em-cima-de-mim-diz-a-deputada.ghtml]. Acesso em 29/10/2022.

teórico da análise discursiva materialista, especificamente, no que tange à noção de sujeito em redes discursivo-virtuais?

De início, a emergência de falas, como os da deputada, parece autorizar que indivíduos públicos e a própria massa anônima endossem atos e discursos racistas. Neste sentido, por tal “autorização”, é preciso deslindar seus efeitos sobre a *forma-sujeito*, consoante a Análise do Discurso materialista (doravante AD) (Pêcheux, 2014). Portanto, anoro-me na AD como prática teórica e política, que visa fortalecer a práxis revolucionária (Cestari, 2017), para olhar criticamente sobre sua agenda investigativa e de intervenção na luta teórica como um todo (Modesto, 2021).

## 1 POR UMA ANÁLISE DISCURSIVA INTERSECCIONAL

De início, menos do que tratar da historicização da AD ou expor exaustivamente seus principais conceitos operatórios, importa, centralmente, discutir a concepção de uma AD *interseccional*. Trata-se em geral do que Cestari (2017) propõe como tomada de posição teórico-epistemológica e política, na qual a AD precisa inserir outros recortes em sua agenda que fortaleçam a compreensão do sujeito revolucionário, da luta de classes, das explorações e das hierarquizações de gênero e raça de modo articulado epistemologicamente.

Em virtude disso, a AD passa a encontrar-se com “intelectuais negros/as ou de outros pertencimentos étnico-raciais que debatam a produção teórica sobre a questão racial” (Cestari, 2017, p. 200) e isso propicia, portanto, um deslocamento e uma adjunção ao seu escopo teórico, epistemológico e metodológico. Considerando que “o sujeito não é a fonte do sentido; o sentido se forma na história através do trabalho da memória, a incessante retomada do já-dito; o sentido pode ser cercado, ele escapa sempre” (Maldidier, 2003, p. 15), então é preciso inserir a história do povo negro e mestiço nos dispositivos teóricos da AD.

Com efeito, há sentidos e histórias que escaparam do interdiscurso pelo trabalho sistemático da Modernidade - via instituições estatais, elites europeias e domínios da ordem do científico e do religioso – em apagar a negritude da memória nacional (Gonzalez, 1984) e, ao mesmo tempo, engendrar a naturalização do negro na senzala como condição existencial (Barros, 2019).

Desde a sua constituição, a AD tem como esteio o materialismo histórico e dialético marxista. Entretanto, grosso modo, a conjuntura histórica de luta do movimento negro, os deslocamentos operados no bojo das Ciências contemporaneamente, bem como a emergência da Teoria Racial Crítica, dos Estudos Pós-coloniais e Decoloniais pressionam as bases de operação teórica da AD para incidir sobre elas o recorte racial e de gênero.

Sendo assim, a *luta de classes* precisa ser teórica e constantemente racializada e generificada. Sobre isso, Barros (2019) é enfático ao situar como a racialização foi determinante para a (re)produção do capital. Esse processo, de fato, conduziu à estratificação dos grupos socioculturais, a sua subordinação no processo de divisão do trabalho moderno, o engendramento do que se chama de mistificação da *diferença racial*, resultando na “nadificação” dos corpos negros e mestiços no interior da produção de riquezas, alijando-os dela e marginalizando-os. Por isso, convém analisar as *formações discursivas* (Pêcheux, 2014; 2015) que criam, mantêm e transformam discriminações e explorações.

Nessa ótica, categorias como *memória discursiva*, *formação discursiva*, e *forma-sujeito* precisam ser racializadas, seja por meio do discurso transversal ou dos pré-construídos – constituintes do *interdiscurso*, isto é, o *discurso com o outro/do Outro* (Pêcheux, 2014), seja pela identificação dos trajetos discursivos que circunscrevem a leitura de *arquivos* (Guilhaumou; Maldidier; Robin, 2016), posto que o racismo seja um processo histórico e ideológico estruturante das relações sociais e dos modos de produção do capital na história (pós) colonial.

Se o *interdiscurso* se caracteriza pelo “corpo de traços como materialidade discursiva, exterior e anterior à existência de uma sequência dada” (Pêcheux, 2014, p. 145), a análise interseccional vigora contribuir à localização dos corpos com traços racializados, dispersos na luta social contra a discriminação (Crenshaw, 2002). Assim, ao friccionar o conceito de *interseccionalidade* à AD, intento pensar nas alteridades em seus traços apagados pelos dispositivos coloniais. Para tanto, convém demarcar as “sequências discursivas autônomas (SDA) pertencentes a um corpo sócio-histórico no interior de um estado de configuração [socioeconômica e cultural] dada” (Pêcheux, 2014, p. 147).

Por sua vez, o pensamento de Akotirene (2019) advoga a descolonização também dos corpos negros que reproduzem a lógica moderna racista e generificada. Não obstante, na materialidade discursiva, mormente encontram-se estruturas argumentativo-discursivas que propiciam a manutenção da lógica de supremacismo branco, racialismo, heteronormatividade, cisgenericidade e outros elementos que fraturam as identidades negras e mestiças desde sua configuração simbólica na condição pós-colonial (Bhabha, 1998). Tudo isso impele a AD não fechar os olhos às questões raciais como sobredeterminantes das relações materiais e ideológicas de produção e de exploração humanas.

A esse processo chamo de *visada*<sup>5</sup> *interseccional*, a partir de Crenshaw (2002), Cestari (2017) e Akotirene (2019), na AD. Com isso, busca-se a desmontagem da engrenagem da “casa grande”, impeditivo para a plena expressão dos desejos e das subjetividades (Barros, 2019) e *raça* se torna um nó de uma rede de produção de sentidos que sobredeterminam práticas e discursos em sociedade. Em suma, o termo *raça* deixa de ser categoria analítica na AD e converte-se em um objeto de investigação discursiva, a partir da

---

<sup>5</sup> Valho-me do termo “visada” de Amossy (2018), no âmbito da análise argumentativa no discurso, já que a AD também se coloca à análise da estrutura argumentativa profunda das sequências discursivas e das conexões entre arquivos, *corpora* e redes no interdiscurso (Pêcheux, 2014). A própria análise discursiva se constrói a partir de uma dada organização retórica e argumentativa a ser considerada.

racialização dos discursos, na qual o racismo se revela em múltiplas camadas para além da manifestação linguística explícita (Modesto, 2021).

## 2 A FORMA-SUJEITO E O OLHAR PÓS-COLONIAL

Ao agregar a perspectiva interseccional para pensar a *forma-sujeito* no discurso (Pêcheux, 2014), convém estabelecer a fricção teórica entre AD e os estudos pós-coloniais (Carvalho, 2014; Muniz; Vedonato, 2020), especialmente, pela necessidade de se deslocar os sentidos e categorias constituídos em relação à colonização e à própria experiência de racialização em sua produção discursiva via *necropolítica* nos diferentes territórios colonizados (Mbembe, 2018). Destarte, é preciso reler o arquivo como via régia para o confronto com dispositivos e significantes racializados.

Para Bhabha (1998), a teoria pós-colonial<sup>6</sup> radicaliza a *descentração* das narrativas e categorias pelo olhar crítico sobre a Modernidade e da descolonização epistêmico-simbólica. Por isso, os processos de análise das condições sócio-históricas, ideológicas e geográficas em nível global – assim como o racismo estruturante da formação social brasileira (Modesto, 2021) – evidenciam a necessidade de uma AD não só interseccional, mas também abertamente antirracista.

Ao empreender uma análise dialética e psicanalítica da relação entre brancos e negros, Franz Fanon, pensador antilhano negro, instaura uma leitura *pós-colonial* com fins a desfazer as fraturas narcísicas de ambas as metafísicas, considerando que “o problema negro não se limita ao dos negros que vivem entre os brancos, mas sim ao dos negros explorados, escravizados, humilhados por uma sociedade capitalista, colonialista, apenas acidentalmente branca”

---

<sup>6</sup> Aqui entendida como um conjunto heterogêneo de estudos e formulações que destrinçam o discurso colonial tanto do ponto de vista histórico-cultural, mas também econômico e ideológico, especialmente a constituição de espaços, identidades, culturas, formas de produção e processos de subjetivação hibridizados, como forma explicitar as ressignificações da colonização na contemporaneidade.



(Fanon, 2008, p. 169-170). Na relação discurso e linguagem, o autor pretende a desalienação psíquico-epistêmica para explicitar “as diferentes posições que o preto adota diante da civilização branca” (Fanon, 2008, p. 29).

Interpelado pela história e pela ideologia, a *forma-sujeito* pode ser pensada nos *entrelugares* do racismo como chave da condição (pós) colonial. A *forma-sujeito* é sustentada pelo imaginário e sua relação com o sentido se dá no interdiscurso que determina sua dominação, ou seja, dá-se uma aparente autonomia e universalidade que o assujeita por meio de sua estrutura discursiva (Pêcheux, 2014). Assim, “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (Pêcheux, 2014 p. 147). Sendo assim, onde o racismo se (des)vela nesta interpelação?

Para Modesto (2021), é preciso racializar a forma-sujeito, uma vez que a interpelação é enviesada pelo “espetáculo das raças”. Quer dizer, ao “inventar” a “raça”, o colonizador instituiu o negro como objeto *a* (Gonzalez, 1984). Para a autora, o racismo é uma *neurose cultural* brasileira. Ao colocar as relações raciais no divã, aponta-se às subversões na inscrição cultural e discursiva. O colonialismo se estabeleceu por um processo racializado de modos de produção econômica e psíquica na divisão social dos espaços e discursos. Toda essa torção teórica é fundamental para compreender que o edifício teórico da AD, até então, desconsiderava o marcador racial como elemento chave para compreensão das relações materiais e ideológicas de exploração e dominação.

A interpelação ideológica racializada ainda produz espelhamentos na própria constituição dos sujeitos. Diante disso, a AD passa a tocar no conceito de “raça” reposicionando-o criticamente. Isto é, assumindo-o como *objeto de estudo* e não como *ferramenta teórico-analítica* (Modesto, 2021). Assim, desnaturaliza-se *raça*, assumindo a noção de *racialidade* como categoria teórica,

dando condições à análise discursiva de seus efeitos nos diferentes domínios científicos, políticos, sociais e ideológicos.

Em seus *Escritos*, Lacan (1998) explana que o sujeito se constitui em um processo paradoxal de identificação do *ego* com o *Outro*, pela percepção de si mesmo como ente singular e, centralmente, pelo reconhecimento do *outro* que o aponta, causa de seu júbilo. Isso corresponde ao *estádio do espelho*, resultando na inserção do sujeito na linguagem, no discurso e no campo simbólico-imaginário que o sobredetermina a partir de então. Esse processo repercute-se na construção teórica da AD, já que a forma-sujeito se “realiza” no esquecimento duplo ao discurso. Assim, a função do inconsciente freudiano encontra seu correspondente verbal nos significantes, no todo complexo das formações discursivas, no jogo dos traços, nas negações, no *nonsense* etc. (Pêcheux, 2014). Em consequência, tem-se uma ampliação do campo epistemológico da AD no jogo das próprias coerções e falhas (Pêcheux; Gadet, 2015).

Tal processo psíquico e discursivo é intersubjetivo. A articulação teórica proposta evidencia a marca do narcisismo constitutivo da intersubjetividade, já que “o ideal de ego desvenda um importante panorama para a compreensão a psicologia de grupo” (Freud, 1996, 108). As trocas libidinais revelam determinada metafísica e a interpelação na relação entre negros e brancos, como explana Fanon (2008), nas quais os ódios raciais dos brancos revelam o sintoma do desejo, ao passo que o assujeitamento dos negros sugere a incorporação da lógica dominadora e um desvio existencial, uma permanência da relação hegeliana de mestre-escravo.

### 3 BREVES NOTAS SOBRE DISCURSIVIDADES MIDIÁTICAS

A produção de discursos na *Web* se vê implicada por processos socioculturais específicos atrelados à cultura digital, às novas sociabilidades e enunciações influenciadas pela plataformização comunicacional (Poell;

Nieborg; Dijck, 2020), a modos outros de atribuição de responsabilidade sobre constituição, formulação e circulação de discursos. São fenômenos interessantes que necessitam de maior exploração teórica que não cabe nos limites deste trabalho. Todavia, pesquisas, apoiadas na *interseccionalidade*, apontam para o aumento da *vulnerabilidade* nos espaços midiáticos e, por essa razão:

Contrariando visões otimistas anteriores, que projetaram as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como artefatos culturais de produção de igualdade, liberdade, integração e interação na sociedade do conhecimento, as vulnerabilidades sociais vêm revelando facetas da perpetuação dos *processos de segregação, preconceito e intolerância* (Juqueira; Botelho-Francisco, 2021, p. 64 – grifos meus).

Para esses autores, os espaços interseccionais do racismo no ciberespaço têm moldado a *tecnocultura* de modo geral. Isso nos convida a pensar nas *articulações discursivas* que contribuem aos processos supracitados de segregação, preconceito e intolerância. Conceitualmente, “as vulnerabilidades digitais são aqui entendidas como as suscetibilidades individuais, grupais e/ou globais a riscos, inseguranças, superexposições, exclusões e ameaças experimentados gradativa e cumulativamente pelo sujeito contemporâneo na sua vivência digital cotidiana” (Juqueira; Botelho-Francisco, 2021, p. 66).

Para além da relação entre a AD e a informática, na relação do algoritmo como possibilidade de formalização do tratamento analítico do campo dos sentidos, dos *corpora* e do arquivo (Pêcheux, 2015), é preciso problematizar os usos dos recursos digitais nas operações analíticas e os papéis que exercem na condição de dispositivos, práticas e de produção de discursividades no cotidiano da cibercultura. Portanto, importa empreender *gestos de leitura* que problematizem essas discursividades nas relações entre língua, comunidade e espaços digitais (Orlandi, 2011).

Conforme a autora, o *status* das midialidades deve ser pensado nas teias das relações produzidas historicamente, considerando o sujeito individualizado no Estado Capitalista moderno e ocidentalizado, porquanto “as tecnologias progridem, mas não abolem o tempo e o espaço. A distância só não é mais métrica: ela se aprecia em função do equipamento dos lugares em redes que define sua acessibilidade” (Orlandi, 2011, p. 06).

Por tais formulações, Orlandi (2011) não só propõe discutir e analisar as modificações profundas nas relações, pensamentos e práticas sociais em função do mundo digital, como também, em seu interior, interrogar sobre os processos de alienação na produção de sentidos e discursos. Para tanto, impõem-se os processos de reconhecimento das práticas digitais, o modo como são aí constituídas as subjetividades e, centralmente, o discernimento político para que o “sujeito possa se relacionar com a história, o político, o simbólico e a ideologia” (Orlandi, 2011, p. 10).

#### 4 RACISMO À BRASILEIRA E CONSERVADORISMO

Pensar na memória discursiva – e por contiguidade uma memória social e cognitiva – racista, racializada e racializante -, implica destacar as singularidades dos diferentes processos que a configuraram. Portanto, o racismo à brasileira, conforme postulado por Martiniano José da Silva na obra *Racismo à brasileira: raízes históricas: um novo nível de reflexão social do Brasil*, vigora constituir-se como uma desmistificação do mito da democracia racial do sociólogo Gilberto Freyre, expondo sistematicamente a singularidade do empreendimento escravista e racista na historiografia e memória brasileiras, pela qual a desumanização justificou o processo de dominação (Silva, 2009).

Assim, consoante à interpretação de Arantes e Anjos (2017) dos postulados de Martiniano José da Silva, o igualitarismo pressuposto à miscigenação sociocultural e histórica no Brasil apresenta-se como um engodo

frente às provas factuais do ostracismo socioeconômico da população negra. Sendo assim, a mudança de paradigma interpretativo das transformações profundas do escravismo no Brasil interfere também no *modus operandi* de produção da memória social e do dizer sobre as peculiaridades do racismo como se efetiva no Brasil. Para Sodré (2023)

Quando a estrutura deu lugar a um esquema existencial derivado de relações espaçotemporais com o afro-brasileiro – isto é, deu lugar à forma social escravista –, que implica, no limite, uma máscara ou uma maquiagem da discriminação racial. Esta, mais do que “estrutural” na acepção rigorosa do termo, é de fato concreta e vital, o que implica uma historicidade singular (Sodré, 2023, p. 104).

Esse processo de maquiagem reverbera em práticas discursivas, atitudes, valores, comportamentos, dentre outros fatores que propiciam um novo espaço imaginário e simbólico que inconscientemente determina discursos e representações sobre o negro em sociedade, isto é, uma configuração intersubjetiva e psíquica atravessada por práticas racistas veiculadas, performadas e discursivizadas segundo uma lógica própria (Nogueira, 2021).

Sob essa ótica, a exclusão racial se dá horizontalmente escamoteada nas relações inter-raciais e verticalmente por meio das hierarquizações e estruturas sociais que rebaixam o negro (Telles, 2003), enquanto ser-corpo-sujeito no discurso. Na prática, no que concerne ao domínio do dizer, a estrutura ideológica racista se manifesta maquiando suas próprias manifestações discursivas. Porém, como relembra Nogueira (2021), há uma descontinuidade entre o que é consciente e o inconsciente. Tal condição se denuncia na pulsão e nos desejos que escapam ao controle do sujeito (Freud, 1996). O racismo internalizado encontra inúmeras formas de esconder-se e revelar-se.

Frente à historicidade e ao cenário do racismo à brasileira, o conservadorismo crescente no mundo e no Brasil acirra a legitimação de discursos reacionários e discriminatórios:

No plano nacional e também em escala global, a um “retorno do reprimido”. No Brasil, vivemos, nos últimos anos, um momento em que o termo “racismo” tem sido e será cada vez mais usado, assim como nos Estados Unidos da era Trump e na Europa dos nacionalismos de extrema-direita. O racismo se tornou pauta cotidiana de discussões, mobilizando desde governos a cidadãos comuns, amplificado pela “caixa de ressonância” das redes sociais virtuais (Lima, 2019, p. 158).

Apesar dessa amplificação e ressonância, os dados de desigualdade de raça e cor no Brasil ainda exprimem factualmente os altos índices de pobreza, encarceramento e violência, assim como baixa escolaridade, baixa empregabilidade, baixos salários, maior vulnerabilidade socioeconômica incipiente representatividade nos espaços de poder públicos, dentre outros fatores divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em seu Boletim Informativo<sup>7</sup> (2024).

Diante desse quadro, conforme Lima (2019), tem-se o cenário propício para a proliferação de práticas e discursos racistas, tendo ainda como “suporte” a impunidade, isto é, mesmo após três décadas da Lei do Racismo, o quantitativo de condenações pelo crime racial é pífio (Martins, 2021). É fato que a extrema-direita bolsonarista minora a realidade do racismo no Brasil, bem como desinfla as políticas públicas de reparação e assistência social. Soma-se a isso o fato de que as pautas raciais, mormente são defendidas pelo espectro político da esquerda, o que provoca maior cisão e acirramento discursivo.

O histórico de práticas racistas singulares à cultura brasileira, aliado à ascensão de discurso e políticas fascistas formam o esteio material das

---

<sup>7</sup> Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2024.

condições de desumanização da pessoa negra em sociedade e da constituição de uma forma-sujeito racista no discurso.

## 5 DA CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E NATUREZA DO *ARQUIVO*

Devido à interdisciplinaridade, olhar compreensivo e abordagem qualitativa da AD, o *corpus* é considerado pista, rastro de uma dada evidência que se dá na materialidade linguística (Guilhaumou; Maldidier; Robin, 2016). Sendo assim, a relação entre *corpus* e *arquivo* se estabelece de modo ativo, sob o olhar analítico de sua constituição, ou seja, “ele é, em sua própria materialidade e diversidade, organizado por seu campo social, visto que o arquivo não é, pois, simples documento” (Guilhaumou; Maldidier; Robin, 2016, p. 116). Sendo assim, o arquivo deve ser considerado em sua dimensão histórica, relacional e flexível, uma vez que se trata de um modo singular de ser constituído também pelo olhar do analista.

Dito isso, o arquivo não é um conjunto ou um banco de dados, especialmente porque não é um elemento *a priori*, já que obedece a um procedimento heurístico de montagem que “tem um valor inestimável para a localização histórica do funcionamento do discurso racializado” (Modesto, 2021, p. 04). Igualmente, “apesar de não ser um conjunto em si, a montagem de um arquivo permite a produção de um efeito de conjunto que está discursivamente orientado por uma regularidade” (Modesto, 2021, p. 12). Por conseguinte, além da desnaturalização das obviedades no discurso, importa destrinçar diferentes articulações no jogo opaco das discursividades.

Importa situar que a Lei nº 7.716/89 define e apresenta as possíveis punições para o racismo, assim como o artigo 140 do Código Penal o faz acerca da injúria racial<sup>8</sup>. Contudo, não se pode afirmar categoricamente que todos os

---

<sup>8</sup>. Disponível em: [<https://www.ufrgs.br/humanista/2019/11/18/racismo-no-brasil-entenda-como-funciona-a-lei/>]. Acesso em 29/10/2022.

eventos são assim interpretados pelos agentes institucionais e sociais em geral, uma vez que o próprio racismo constitui dispositivos discursivos para mascarar suas práticas. Diante disso, o texto elege como materialidade discursiva notícias que veiculam eventos considerados racistas entre 2018 e 2022 por meio da busca no *Google Images*.

Todavia, forma-se o *corpus* apenas com textos que publicizaram postagens que circularam na *Web* no referido recorte temporal. Das 15 (quinze) notícias, circunscreveu-se uma amostragem com 04 (quatro) que apresentam alguma postagem com mensagens verbais com ou sem recursos multimodais. Por seu turno, cada postagem é assumida como *sequência discursiva* (SD) complexa (Courtine, 2014) e, por isso, no decorrer da apresentação de cada SD, é realizada uma contextualização das condições de produção. Neste sentido, o acesso às postagens se efetivou por via indireta, isto é, parte-se de material publicado em diferentes fontes de informação a partir dos descritores utilizados na busca eletrônica, conforme delineado acima.

Para a *análise discursiva*, são consideradas as diferentes marcas textuais morfossintáticas ou semântico-pragmáticas, configurações semióticas, elementos histórico-culturais e político-econômicos que se convergem para a compreensão do dispositivo racista como um todo. Na prática, “a literatura oficial ou anedótica criou tantas histórias de pretos, que não podemos mais ignorá-las” (Fanon, 2008, p. 145), mas o arquivo é mais do que a reunião dessa produção discursiva, porquanto, para o pensamento fanoniano, a verdadeira tarefa “é mostrar seu mecanismo. O essencial [...] não é acumular fatos, comportamentos, mas encontrar o seu sentido” (Fanon, 2008, p. 145 – grifos meus). Localizar no *arquivo-corpus* os possíveis trajetos temáticos racializados é deslindar elementos da memória social (Guilhaumou; Malidier; Robin, 2016), bem como observar quais dispositivos marcam raça, gênero e classe ainda que os discursos não os tematizem (Modesto, 2021).



De forma concomitante, proceder - analogamente à escuta analítica da Psicanálise - com a escuta social, enquanto conceito e instrumento metodológico para aproximar-se do objeto da AD (Herbert, 2015). Sendo assim, as postagens veiculadas no *corpus* de notícias encontram-se no entremeio dessas relações que estão no horizonte de expectativas para a compreensão do trajeto temático, qual seja: sinalizar a construção da forma-sujeito a partir do recorte racial, sua relação com a interpelação ideológica e seus possíveis efeitos socioculturais.

## 6 ANÁLISE DO CORPUS E ESTRATÉGIAS DA FORMA-SUJEITO

Para a AD, a interpelação ideológica é *a priori* um processo e, por conseguinte, produz reconhecimento (Modesto, 2018). A partir disso, endosso o caráter performativo da materialidade discursiva, como efeito da produção de práticas ideológicas e identificações, isto é, considerando a dimensão pragmática do discurso, tal materialidade racializada realiza-se como atos de fala em sua iterabilidade.

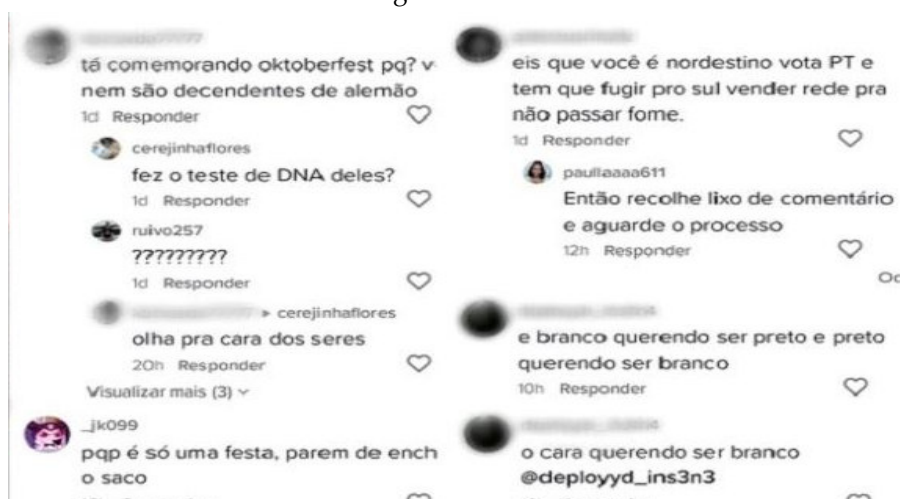
Coaduno com Sírio Possenti (2011) quanto à necessidade de diálogo entre diferentes campos para melhor descrever certos fenômenos. Sendo assim, “a inclusão ou exclusão, em uma teoria do discurso, de pontos de vista da pragmática, da história ou da psicanálise não é obviamente uma questão simples [...] trata-se de pôr em relevo um dos aspectos do problema” (Possenti, 2011, p. 72).

Sendo assim, o problema tratado neste texto é complexo, envolve um modo determinado de constituição do sujeito em seu duplo esquecimento e em seu assujeitamento ideológico afetado pelo recalque, pois “todo discurso é ocultação do inconsciente” (Pêcheux, 2014, p. 164). O que quero ensaiar de modo aproximativo, insisto, é uma dada compreensão dessa forma-sujeito em sua dimensão pragmática e performativa, ou seja, uma posição como efeito no discurso, encontra-se na base linguística sua manifestação como ato e repetição,

o que convoca a reflexão quanto à responsabilização sobre os processos de formulação e circulação de discursos<sup>9</sup>.

Dito isso, é possível tangenciar não só uma possível formação discursiva em suas modalidades, esquecimentos e contradições tal qual unidade dividida (Courtine, 2014), mas também situar o recorte racial na performatividade do ciberespaço e suas condições de produção. Assim, para iniciarmos a análise discursiva, a SD01 mostra uma situação noticiada em 2022 pelo sítio eletrônico UOL, o caso de um servidor público e sua enteada que sofreram ataques racistas na *Web* por terem participado da *Oktoberfest*, que ocorre em 05 de outubro em Blumenau (SC). Na postagem publicizada pelo canal supracitado, há nove intervenções enunciativas na forma de comentários em redes sociais – no caso a rede *TikTok* –, porém é um questionamento que instaura a polêmica acerca da participação de pessoas negras na festa germânica. Vejamos:

Fig. 2 – SD01



Fonte: Notícias UOL (2022)<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Esse ponto da responsabilização enunciativo-discursiva do “falante”, bem como a extensão do domínio do sujeito-falante sobre sua enunciação, é o que caracteriza o limiar epistemológico tenso entre AD e Pragmática (Possenti, 2011), mas que requer enfrentamentos paulatinos.

<sup>10</sup> Disponível em: [<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/10/11/quiseram-tirar-um-direito-nosso-diz-vitima-de-racismo-apos-video-em-sc.htm?cmpid=copiaecola>]. Acesso em 29/10/2022.

De fato, as discursividades midiáticas tencionam a noção de “presença” pelas possibilidades de (as) sincronidade em diferentes cenas partilhadas de linguagem. O enunciado “nem são descendentes de alemão” provoca uma dissociação na relação entre identidade racial e “origem” cultural. O locutor dissocia a possibilidade de outros sujeitos que não “descendentes de alemães” a legitimidade para comemorar a *Octorberfest*, pois os corpos negros não estariam autorizados. Mesmo questionado, o enunciador apoia-se no fenótipo para estabelecer a relação entre cor e origem da festa.

Neste ponto, as pessoas negras são nomeadas como “seres”. É preciso interrogar e “escavar” os sentidos dessa nomeação em seus efeitos de dessubjetivação, bem como a “mescla” discursiva operada na intersecção entre estereótipos: nordestino – PT - pobreza. Sendo assim, em que medida o “estar na *Octorberfest* é querer ser branco”? Por isso, a festa torna-se um espaço de interdição que invalida inclusive o processo de branqueamento (Munanga, 2019). Assim, não seriam permitidos aos corpos negros certos espaços. Adentrá-los seria denunciar-se em um “querer ser branco”. Sua presença só se legitima na condição de subalternização mesclada à xenofobia contra nordestinos: “fugir para o sul para não passar fome”. Assim, existe um processo de alienação “que dificulta a formação do sentimento de solidariedade necessário em qualquer processo de identificação e de identidade coletivas” (Munanga, 2019, p. 84).

Ao traçar os limites espaciais e culturais entre brancos e negros, o discurso racializado desloca a noção de identidade para o âmbito de uma ontologia marcada biologicamente. Então, na SD01, o enunciado “o branco querendo ser preto e o preto querendo ser branco” denotaria, por exemplo, a cisão do desejo, posições desejantes de desidentificação. Porém, as identidades funcionam ideologicamente, reforçando laço de solidariedade e conservação no interior de um grupo e estabelecendo contraposição a outros (Munanga, 2019).

Trata-se de um correlato metafórico do *apartheid* cultural, mediante a cisão de espaços de circulação dos corpos.

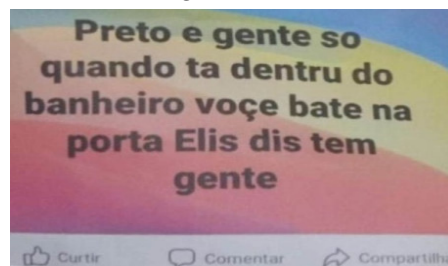
Todavia, esse processo de solidariedade e conservação de dado grupo também pode se dar a partir de estratégias de apagamento, dissolução, destruição e desumanização dos demais, tal qual se deu ao longo do empreendimento colonial ideológica, física, sociocultural e discursivamente com os povos negros escravizados (Bhabha, 1998). Como pontua Gonzalez (1987, p. 226-227), “no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido”. Só que isso tá aí... e fala”. Isto é, práticas, atos e discursos racistas expressam-se como sintoma da neurose cultural brasileira que encontra na *Web* um lugar privilegiado para escapar-se e expressar-se

Porque há um sintoma-discurso que “fala”, há também sujeitos que sentem seus efeitos. Nesse sentido, também há uma forma-sujeito alvo do julgamento, do olhar e da experiência de deslocamentos identitários, pois “há um *grito* que marca a interpelação do sujeito, isto é, um grito que o *chama*” (Modesto, 2018, p. 125). Com efeito, Munanga (2019) assevera que os graus de consciência da pessoa negra em relação à ancestralidade, aos efeitos da raça e à própria experiência do racismo não são homogêneos.

Daí a importância da historicidade dos sentidos e das categorias, as quais sustentam o projeto teórico-político da AD (Courtine, 2014; Pêcheux, 2014). A SD01 evidencia a encruzilhada da luta de classes e da luta identitária, uma vez que “raça” se torna um modo de enunciar outro povo. Em função da polissemia do termo, a AD pode adotar os diferentes modos de reconhecer o conceito de raça, tanto como dispositivo de regulação e classificação de sistemas sociais (Sodré, 2023), como também, no caso contemporâneo, servir de mote para políticas públicas e lógicas de reconhecimento (Akotirene, 2019).

Por sua vez, a SD a seguir permite um retorno à tensão entre a noção de forma-sujeito em AD, interpelado pela ideologia e mergulhado em determinadas formações discursivas dominantes e o sujeito do *ato de linguagem* “que trabalha, que produz conexões, e não meramente afetado pelo discurso - embora possa também sê-lo” (Possenti, 2011, p. 79). De fato, em 2021, uma postagem realizada no *Facebook* foi denunciada pela Polícia Civil de Minas Gerais pela explicitude do conteúdo racista veiculado. A SD foi publicada pelo Correio Brasiliense, noticiando ainda a prisão do homem responsável pela postagem na referida rede social:

Fig. 3 – SD02



Fonte: Correio Braziliense (2021)<sup>11</sup>.

Com efeito, a SD02 traz como base linguística uma piada. Segundo Possenti (2011, p. 79), “a existência de racismo como ideologia produz, como um dos efeitos, variados tipos de textos que veiculam um complexo discurso racista. Um desses textos é a piada racista”. Neste contexto, o sintagma “preto é gente” tem ressonância na memória discursiva do empreendimento colonial. A colonização instituiu não somente um *modus operandi* do ponto de vista econômico de acumulação primitiva, mas também um profundo processo de simbolização calcado na desumanização dos corpos negros (Bhabha, 1998).

Negar a condição de ser gente e de humanidade torna-se mote para a troça e ironia racializadas, já que negro teria reconhecimento como “gente” em uma dada circunstância. O operador argumentativo “só” determina a restrição

<sup>11</sup> Disponível em: [<https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2021/09/4948842-em-minas-policia-civil-indicia-homem-por-publicacao-racista-no-facebook.html>]. Acesso em 29/10/2022.

social, a limitação imposta na condição pós-colonial, na qual a divisão social dos espaços também é racializada. A suposta produção de piada torna-se *lócus* discursivo para a banalização do racismo.

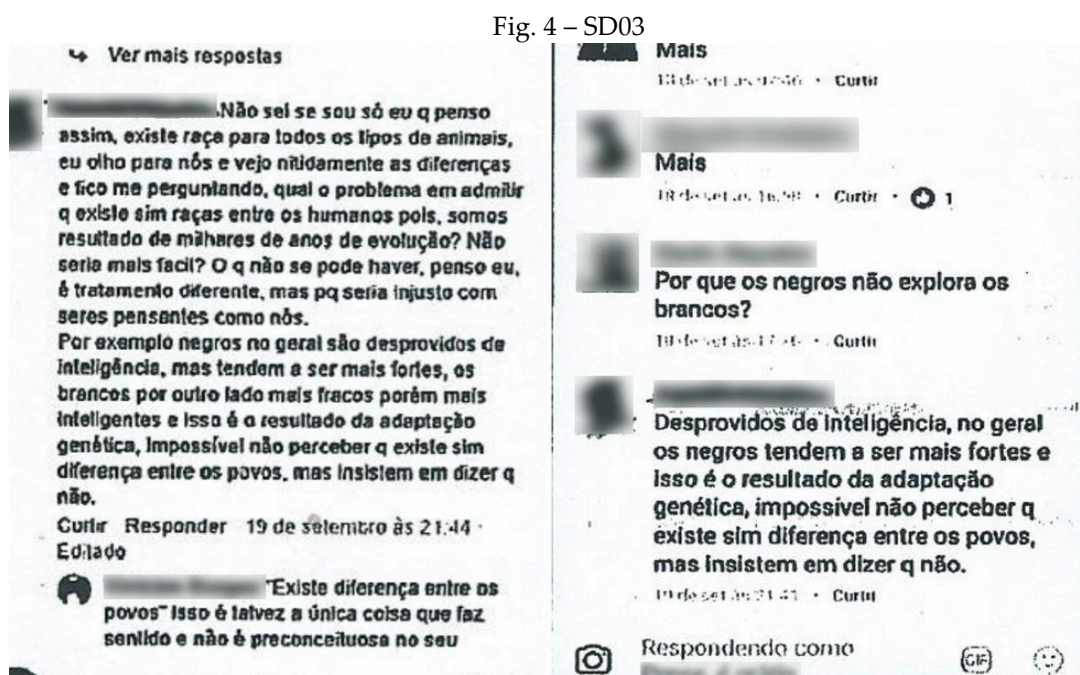
Aproximando AD, psicanálise e pragmática, Possenti (2011) afirma que as violações de tabus, os discursos proibidos ou rechaçados, o uso de expressões de baixo calão, sexistas, racistas etc. fazem parte do efeito cômico da piada como válvula de escape do prazer inconsciente, já que o humor é também lugar para se “dar vazão” às pulsões veladamente (Freud, 1996). Tem-se aí a opacidade do inconsciente, da linguagem e da intencionalidade, posto serem elementos nunca capturados totalmente pela vontade racional.

A AD entende que o discurso é também um efeito do inconsciente. Sendo assim, o humor expressa a produção inconsciente da interpelação racialista perpetuando a lógica de desumanização e o deslocamento da responsabilização discursiva. Para Dahia (2010), a piada, o riso, o chiste etc. são soluções intermediárias para práticas racistas, isto é, a expressão do preconceito racial se efetiva a partir da lógica própria do inconsciente. Certamente, em meios sociais conservadores, a adoção de um olhar crítico sobre piadas de cunho racista levaria à discussão sobre o “politicamente correto”. A autora ratifica o uso das piadas para encobrir o racismo e a cristalização de modos mais sutis de preconceitos de toda ordem diante da legislação atual. Isso tem, pois, efeitos diversos especialmente no modo como sujeitos institucionais interpretam, por exemplo, a diferença entre crime de racismo e injúria racial.

Na SD 02, o sujeito da enunciação se posiciona na profunda relação entre a produção discursiva e o inconsciente individual ou coletivo, “mas o inconsciente coletivo, sem que haja necessidade de recorrer aos genes, é simplesmente o conjunto dos preconceitos, mitos, atitudes coletivas de um grupo determinado” (Fanon, 2008, p. 159), é uma imposição cultural irrefletida. Tal lógica de reconhecimento ainda se constrói, por exemplo, nas práticas de

hierarquização. No plano discursivo, estratégias retórico-argumentativas são aventadas para estabelecer *status* de coerência.

Para tanto, desenvolvidos pela biologia, antropologia e medicina, especialmente entre o final dos séculos XIX e início do século XX, determinados axiomas eugenistas encontram-se presentes em rastros discursivos:



Fonte: Notícia Preta (2019)<sup>12</sup>.

Publicizada pelo Portal de Notícia R7 de São Paulo em 2019, a postagem acima se efetivou em uma página da rede *Facebook* por um morador de Ribeirão Preto (SP), condenado à prestação serviços comunitários pelo crime de racismo. De fato, a SD03 acima, inicia com o sujeito encontrando um local de partilha de suas representações sobre raça. Tais representações ligam-se à memória social e encontrando cristalização em estereótipos. De fato, a aparente coerência de uma esquematização argumentativa do tipo lógica mascara, na prática, o delírio colonial da posição de naturalização e hierarquização da relação mente *versus* corpo. Mostra-se, pois, como a violência psicofísica sobre a *imagem* negra é

<sup>12</sup> Disponível em: [https://noticias.r7.com/sao-paulo/internauta-e-condenado-por-fazer-post-racista-no-facebook-01102019/]. Acesso em 29/10/2022.

mascarada pela virtude cívica e alienação no bojo da identidade mesma em uma posição maniqueísta.

Tal configuração encontra eco na memória discursiva e psíquica da *imago* europeia de que tudo que é preto é dotado de obscuridade e inferioridade ontológica. Não se pode esquecer que o termo raça tem uma história própria que perpassa diferentes domínios, dentre eles o domínio científico, posto que a (des)construção de raça se deu nos diferentes campos epistemológicos ao longo da História ocidental. Assim, um dos efeitos do racismo é naturalizar certo modo de categorização do mundo, da cultura e das relações humanas. Como diz Franz Fanon (2008, p. 190), “a desgraça do homem de cor é ter sido escravizado. A desgraça e a desumanidade do branco consistem em ter matado o homem em algum lugar. Consiste, ainda hoje, em organizar racionalmente essa desumanização”.

Na SD 03, um pressuposto frágil quanto à acepção de inteligência e força que ressona na divisão descartiana mascara a aporética metamorfose do termo “raça”. Igualmente, revela-se a manutenção da distância traçada como identidade e figura da alteridade colonial, isto é, o Eu colonialista e o Outro colonizado. A ideia de raça como resultado de milhares de anos de adaptação evolutiva, conforme a SD03, aponta para a ideia de diferença genética como pressuposto da “diferença” cultural. Nessa relação entre discurso e identidade, há uma aparente homogeneidade da forma-sujeito como unidade, posto que ela “realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui *um de seus fundamentos*” (Pêcheux, 2014, p. 155 – grifos do autor).

A argumentação que se ancora em certo biologismo evolucionista desconsidera a própria revolução genética contemporânea. Imputar inteligência aos brancos – enquanto os negros seriam “desprovidos” de inteligência -, ao passo que os negros seriam mais fortes e brancos mais fracos só se sustenta



enquanto representação imaginária narcisicamente míope como ficção. Porém, Pêcheux (2014) lembra que o efeito sujeito é sempre um efeito de intersubjetividade, sendo ilusória a identificação consigo mesmo. No interdiscurso, a inteligência é deixada a quem comanda, às elites políticas e intelectuais, brancas, mormente heteronormativas, sexistas, patriarcais e cristãs.

Vistos como desprovidos de inteligência, os negros também não seriam humanos, mas “seres” de outra natureza (vide SD01), portanto sem cultura e humanidade. Assim, “quando não há mais o ‘mínimo humano’, não há cultura” (Fanon, 2008, 157). A atribuição genética da suposta diferença<sup>13</sup> entre raças, como na SD03, resvala em uma apreensão “selvagem” do senso comum para um fenômeno complexo, reduzido pela fantasia egóica que mantém o discurso racializado. Portanto, do ponto de vista discursivo, a acepção da diferença e distância dicotômicas entre “inteligência e corpo” – portanto entre branco e negro – se apresenta como um “pré-construído”, ou seja, o “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma de universalidade” (Pêcheux, 2014, p. 151). Convém apontar que, na memória histórica, a ideia dos negros como expressão de força serviu como “articulação-sustentação” (Pêcheux, 2014) para imputar-lhes o trabalho escravo.

Com efeito, os discursos racializados apagam inúmeras marcas da história e ressaltam um “pré” suposto biológico que, por seu turno, “apaga” a *posição-sujeito* histórica. Por isso, a estratégia argumentativa, ao fazer uso de dicotomias e binaridades, exprime sua fragilidade quanto às evidências históricas, científicas e culturais que se deslocaram, operando revisões epistemológicas ou, como diz Fanon (2008, p. 111), “os cientistas, após muitas

---

<sup>13</sup> Na SD acima, o enunciado “mas insistem em dizer que não” demarca o sentido dessa insistência e vale questionar: são sujeitos indeterminados que “insistem” na não existência de raças biologicamente determinadas ou a forma-sujeito racializada que “insiste” na manutenção da fantasia imaginária dessa ontologia?

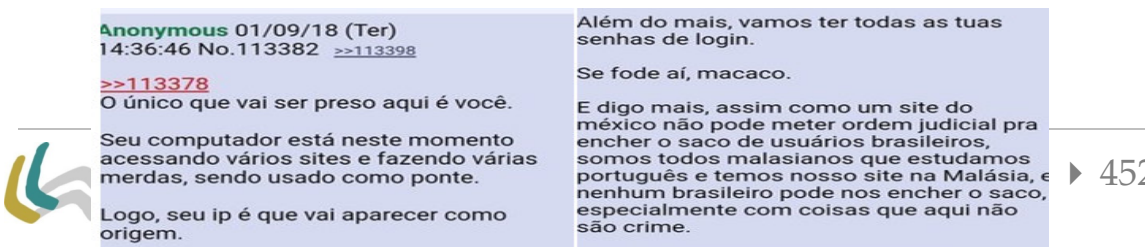
reticências, admitiram que o preto era um ser humano; *in vivo* e *in vitro* o preto tinha-se revelado análogo ao branco; mesma morfologia, mesma histologia”.

Sendo assim, discursos racializados como os das SD do *corpus* exprimem estratégias argumentativas que orientam o processo de formulação discursiva e, ao mesmo tempo, encontram nas novas tecnologias condições propícias para delinear uma forma-sujeito sustentada no imaginário e na fantasmagoria da diferença colonial como articulação-sustentação discursiva. O desconhecimento das questões históricas deixa em evidência – por meio das perguntas retóricas, tais como “porque os negros não exploram os brancos?” - as lacunas e fraturas do narciso racialista, em suma, o narcisismo da branquitude.

Não obstante, a última SD apresenta não só parte dos elementos tratados até aqui, como também textualiza o *modus operandi* de práticas racialistas em rede. Em outros termos, o modo como a tecnocultura também se converte em instrumentalização para práticas de racismo e injúria racial. Com efeito, A SD04 apresenta articulações interessantes que textualizam estratégias de manutenção das hierarquizações de raça e processos de segregação.

As postagens da SD04 pertencem ao *site Dogolachan*, considerado um celeiro de grupos da extrema-direita brasileira, pois se apresenta como fórum anônimo, no qual os participantes estimulam discursos e atos de extremismo e ódio contra determinados segmentos socioculturais, especialmente, mulheres, negros, população LGBTQIAPN+, como também possui formato *Chan*, tal como o *4Chan*, isto é, canal na *Web* para compartilhamento de imagens e textos de forma anônima e que tem desafiado a polícia pela veiculação, inclusive, de ameaças de morte (Siqueira, 2019, *on-line*). Sendo assim, é justamente esse processo um dos elementos que amplia a vulnerabilidade sociocultural da pessoa negra (Junqueira; Botelho-Francisco, 2021), como se vê na SD4:

Fig. 5 – SD04



Anonymous 01/09/18 (Ter)  
14:36:46 No.113382 >>113398  
>>113378  
O único que vai ser preso aqui é você.  
Seu computador está neste momento acessando vários sites e fazendo várias merdas, sendo usado como ponte.  
Logo, seu ip é que vai aparecer como origem.

Além do mais, vamos ter todas as tuas senhas de login.  
Se fode aí, macaco.  
E digo mais, assim como um site do México não pode meter ordem judicial pra encher o saco de usuários brasileiros, somos todos malasianos que estudamos português e temos nosso site na Malásia, e nenhum brasileiro pode nos encher o saco, especialmente com coisas que aqui não são crime.

Já paguei 10 anos de servidor, ou seja, o site vai ficar no ar por pelo menos mais 10 anos.

▶ 452

Fonte: R7 Notícias (2018 - adaptado)<sup>14</sup>.

Apagamento discursivo e hierarquização fazem elo com os silenciamentos da máquina estatal pública em não construir políticas sérias ao combate ao racismo. Ao contrário, análises discursivas evidenciam a constituição de posições-sujeito que denegam a dimensão político-cultural do racismo, tais como aquelas engendradas por agentes institucionais atrelados ao governo e *formação discursiva bolsonarista* e, centralmente, de extrema-direita, pois “produziram efeitos de crítica, ironia, arrogância e racismo. Para compreensão do sujeito discursivo é necessário analisar o lugar social que ocupa” (Cavalcanti; Azevedo, 2021, p. 188).

Nesse sentido, como se vê na SD04, burlar o sistema jurídico, valer-se dos recursos tecnológicos e da experiência são algumas das estratégias de manutenção de valores racistas, já que encontram ressonância nos discursos dos agentes governamentais bolsonaristas que, na política recente, legitimaram práticas racistas e endossaram um campo de guerra cultural e discursiva contra as minorias de modo geral (Cavalcanti; Azevedo, 2021)

---

<sup>14</sup> Disponível em: [<https://noticias.r7.com/brasil/dogolachan-site-racista-desafia-a-policia-e-faz-ameacas-de-morte-15012018>]. Acesso em 29/10/2022.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, via análise discursiva materialista e interseccional do *corpus*, que os discursos racializados não só fazem questão de se inserir e de marcar-se como racista, mas principalmente de criar estratégias sociodiscursivas para legitimar tal *posição-sujeito* e fazê-la proliferar nos espaços virtuais. Vê-se a insistência em naturalizar posições egoicas interpeladas pelo racismo e pelo sadismo social. Assim, importa racializar o arquivo e as diferentes lógicas dos dispositivos de sua manutenção no contexto pós-colonial.

Isso perpassa observar, no percurso temático em discursividades midiáticas, as estratégias de legitimação da “forma-sujeito-racialista”, pelas quais imputam sobre o *outro* – o pequeno *a* laciano - o “equivoco” por não-ser branco. Metaforicamente, é hora de aproximar com mais vigor, então, Karl Marx de Franz Fanon. A fricção epistemológica, pela natureza fronteiriça da AD, permite-lhe ampliar suas lentes teóricas em constante transformação e autocrítica. Por isso, é preciso voltar-se aos sujeitos como efeitos de discursos.

A arma apontada em pleno dia pela deputada Carla Zambelli, enquanto gesto, e o *corpus* analisado são emblemáticos pelo efeito discursivo que provocam: a naturalização de práticas e discursos perpetuadores do ódio racial. Com discursos, armas, atos de fala e postagens voltados contra a pessoa negra, a análise discursiva materialista e interseccional contribui para a luta teórica, a tomada de posição político-cultural antirracista e desvelamento das lógicas (inter)discursivas que engendram o racismo em sociedade.

Com isso, pode-se propiciar a desnaturalização discursiva da forma-sujeito racializada, a desautorização ideológica das práticas-discursos hierarquizadoras e o olhar crítico sobre os processos de constituição, formulação e circulação das discursividades midiáticas. Pelo diálogo entre AD e Estudos Pós-coloniais, é possível descortinar as contradições inerentes aos modos de produção econômica e constituição das subjetividades racializadas.

Sendo assim, o presente texto se coloca muito mais no sentido de provocar e suscitar campos de problematização do que propriamente ensinar uma leitura fixa das categorias que convoca, apontando para transformações e permanências no espaço digital ora racializado e generificado.

Tal conjuntura se dá na repetição não elaborada das fraturas narcísicas via discursos racializados e a insistência na fixação discriminatória mascara uma patologia psicossocial e histórica. De todo modo, a iterabilidade desse processo marca uma *posição-sujeito* em sua neurose cultural obsessiva, tal como pensa Lélia Gonzalez, na repetição como sintoma da cisão subjetiva, da falta e em sua falha narcísica. O racismo estrutural mostra sua natureza obsessiva que, por seu turno, escamoteia seus sintomas ruminatórios, seus conflitos inconscientes, sua fragilidade constitutiva.

A análise das SD nos mostra, dentre outros elementos, que a forma-sujeito racista opera pela (de) negação da alteridade nos espaços físicos e simbólicos, em uma espécie de *apartheid* cultural em total confusão entre identidade racial e “origem” cultural, expressão também das xenofobias. A operação discursiva do racismo se manifesta no paradoxo de sua factualidade destrutiva às pessoas negras e, ao mesmo tempo, sua banalização e escamoteamento. A forma-sujeito racista, pelas condições atuais quanto à incompatibilidade entre certos discursos e a atribuição do crime de racismo, procura “saídas” ao desejo inconsciente de manifestar o despreço pela cor, algo que se apresenta no chiste, na piada e em outros modos mais sutis. O paradoxo do dizer sem ter dito, ou seja, o ato de desautorizar-se e de “desresponsabilizar-se” no discurso.

A maquinaria discursiva apresenta faces interessantes por sua articulação entre binarismos – branco/negro, corpo/mente, inteligência/força – por si mesmos hierarquizantes, mas também naturalizados como categorias que dariam conta do *status quo* do mundo. Nesses termos, ao negro atribui-se a

inferioridade, a força, a hiperssexualização, o braçal, o corpo etc., termos que expressariam a ontologia da pessoa negra. Tal efeito de sentido mascara a condição simplória e homogeneizada dessa mesma categorização do mundo, das pessoas e do sujeito-discurso. Trata-se, pois, de uma forma específica e diversa de simbolização do outro, como manifestação de covardia e desumanização ideológicas.

Por conseguinte, a descrição e análise das SD colocam em evidência a obviedade das ligações discursivas entre agentes políticos e sujeitos anônimos na *Web* na construção de uma engenharia ideológica que provê recursos para a perpetuação do imaginário de superioridade branca. Os “enredamentos” nas redes e mídias sociais propiciam condições materiais para a vulnerabilização das pessoas negras e discursivamente alimentam a arquitetura simbólica da segregação racial no plano ideológico, social, econômico e cultural.

Sendo assim, na base linguística, há o uso do léxico e de estratégias argumentativas que conotam na construção discursiva o narcisismo socioculturalmente patológico das posições-sujeito. Tudo isso se converge ao processo de produção do discurso especificamente no momento de sua constituição, via memória do dizer, visando distorções acerca do contexto histórico mais amplo. Portanto, sinalizo para alguns modos de organização da materialidade discursiva na tecnocultura, enquanto dimensão “visível” da ideologia em seus efeitos de raça, nos atos de fala e nas práticas discursivas. Isto é, gestos e armas materiais, simbólicas e discursivas que têm os corpos negros como alvo capital.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Polén Livros, 2019.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Trad. Ângela M. S. Corrêa. et al. São Paulo: Contexto, 2018.

ARANTES, Brenda Inácio; ANJOS, José Humberto Rodrigues dos. **Racismo à brasileira**: considerações sobre a obra de Martiniano José da Silva. In: Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar, 2. *Anais...* Centro Universitário de Mineiros, Unifimes, 2017.

BARROS, Douglas Rodrigues. **Lugar de negro, lugar de branco?** Esboço para uma crítica à metafísica racial. São Paulo: Hedra, 2019.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, Rosângela Tenório de. Estudos culturais: convergências entre os estudos pós-colonialistas e a análise do discurso na pesquisa social. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**, n. 07, p. 19-29, 2014.

CAVALCANTI, Maria do Carmo Pereira Gomes; AZEVEDO, Nádia Pereira da Silva Gonçalves de. Mourão e Camargo: uma análise discursiva do racismo no governo Bolsonaro. **Raído**, v. 15, n. 37, p. 163-179, 2021.

CESTARI, Mariana Jafet. Por uma tomada de posição feminista e antirracista na análise de discurso. In: FONTANA, Mônica G. Zoppi; FERRARI, Ana Josefina (orgs.). **Mulheres em discurso**: identificação de gênero e práticas de resistência – vol. 2. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 183-204.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 01, p. 171-188, 2002.

DAHIA, Sandra Leal de. Riso: uma solução intermediária para os racistas no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, n. 02, 2010, p. 373-389.

DUARTE, Kamilla Alves. Dominação burguesa entre o velho e o novo: a ascensão da extrema-direita no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 3, p. e6628330, 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREUD, Sigmund. **A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

GUERRA, Andréa Maris Campos. O Papel da Psicanálise na Desconstrução do Racismo à Brasileira. **Rev. Subj**, v. 20, n. spe2, p. 1-14, 2020 .

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIÉ, Denise; ROBIN, Régine. **Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso**. Trad. Carolina P. Fedatto e Paula Chiaretti. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado *et al.* (orgs.). **Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e outros Estudos**. Brasília, ANPOCS, 1983, p. 223-44.

HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Textos selecionados: Eni Orlandi. 4 ed. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 21-55.

JUNQUEIRA, Antônio Hélio; BOTELHO-FRANCISCO. Raça: dimensão interseccional das vulnerabilidades digitais. **Contemporânea, Comunicação e Cultura**, v. 19, n. 03, p. 63-78, 2021.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: \_\_\_\_\_. **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-106.

MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

MARTENDAL, Luan. **Padrasto e enteada são alvos de racismo após usarem trajes da Oktoberfest**. 2022. Disponível em: [<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/10/11/quiseram-tirar-um-direito-nosso-diz-vitima-de-racismo-apos-video-em-sc.htm?cmpid=copiaecola>]. Acesso em 18/10/2022.

MARTINS, Thais. **Após mais de 30 anos da Lei do Racismo, ser condenado ainda é raridade**. 2021. Disponível em: [<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/11/4964320-apos-mais-de-30-anos-da-lei-do-racismo-ser-condenado-ainda-e-raridade.html>]. Acesso em 18/03/2024.

MBEMBE, Achile. **Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da Abralin**, v. 20, n. 2, p. 01-19, 2021.

MODESTO, Rogério. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. **Littera online**, v. 9, n. 17, p. 124-145, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.



MUNIZ, Cláudia Maria Serino Lacerda; VEDOVATO, Luciana. A Análise de Discurso pecheutiana, na Teoria (De)colonial: por perspectivas, metodológicas, latino-americanas. **Tempo da Ciência**, v. 27, n. 53, p. 117-128, 2020.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Língua, Comunidade e Relações sociais no espaço digital. In: DIAS, Cristiane. **E-urbano**: Sentidos do espaço urbano/digital. 2011. Disponível em: [http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/]. Acesso em 15/09/2022.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A língua inatingível. In: ORLANDI, Eni (org.) **Análise de discurso**: Michel Pêcheux - textos escolhidos por Eni Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 93-106.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; DIJCK, José van. Plataformização. Trad. Rafael Grohmann. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 22, n. 01, p. 02-10, 2020.

POSSENTI, Sírio. Pragmática na análise do discurso. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 30, p. 71-83, 2011.

SIQUEIRA, Filipe. **Dogolachan**: o fórum extremista que é celeiro de atos violentos. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/dogolachan-o-forum-extremista-que-e-celeiro-de-atos-violentos-14032019>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: Uma radiografia do racismo nacional (Portuguese Edition). Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. Edição do Kindle.

SILVA, Martiniano José. **Racismo à brasileira**: Raízes históricas - um novo nível de reflexão sobre a história do Brasil. 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 31 de julho de 2023.

Aprovado em sistema duplo cego em: 07 de fevereiro de 2024.